



A ESCOLA QUE QUEREMOS E PODEMOS SER: REFLEXÕES PARA UMA PRÁTICA CURRICULAR ESCOLAR DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES¹

Autora: Nayara Chaves de Lima

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica

Universidade Federal do Pará

naychaveslima@gmail.com

Orientador e Co-Autor: Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha

Professor Associado IV – ICED

Universidade Federal do Pará

genylton@gmail.com

Resumo

Considerando que o currículo escolar, em alguns casos, não consegue dar conta das demandas das subjetividades que os alunos levam para a escola através de suas vivências, objetiva-se aqui fazer uma reflexão sobre a prática da escola e seu currículo no sentido de fazê-los ser auxiliares no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes o que permite concluir que a escola e seus sujeitos são de extrema importância para tal prática, o que demanda principalmente formação qualificada, compromisso e consciência da função do educador e da função social da escola.

Palavras- Chave: Currículo. Enfrentamento. Violência Sexual

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes “é uma forma que atinge uma das bases estruturais da personalidade de uma pessoa, a sua sexualidade” (HAZEL, p.7, 2007). Podendo ser classificada em: abuso sexual e exploração sexual. Segundo Faleiros (2003, p. 10) o abuso sexual, enquanto um tipo de violência sexual, “é a situação de uso excessivo, de ultrapassagem de limites: dos direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer”. Em linhas gerais, o abuso sexual pode ser intrafamiliar em que o agressor é alguém do seio familiar e extrafamiliar em que o agressor é alguém externo à família.

É importantíssimo atentar que o abuso sexual não precisa ter contato físico para ser caracterizado como uma violação. É o caso de expor a criança a pornografia, voyerismo,

¹ Parte da sessão teórica da pesquisa colaborativa da autora para o Mestrado cujo objeto é a prática colaborativa de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes pela escola.



exibicionismo, telefonemas ou mensagens obscenas, entre outros. Todas essas tipificações são abusos sexuais sem contato físico, o que confirma o conceito de violência, de forma geral da Organização Mundial de Saúde (2002) que diz que a violência pode ser caracterizada como:

uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.

Com a elaboração do PNEVSCCA (Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes) no ano de 2000, as políticas públicas destinadas ao tratamento e prevenção dessa problemática ganharam maior atenção e organização no Brasil. Para tal, esses esforços começaram a ser pensados e planejados de forma conjunta com diferentes áreas como Saúde, Educação, Assistência Social, Turismo, entre outros, pois, acredita-se que o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes para se tornar eficaz precisam de profissionais de diversas áreas e setores. Com isso, objetiva-se neste artigo discutir possibilidades de currículos, práticas e funções que a escola possa exercer de modo que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes estejam presente em sua natureza.

1. Currículo e seus significados

É de conhecimento dos curriculistas que o termo “currículo” tem se modificado de acordo com o contexto histórico, social e político em que ele esteja inserido. Em linhas gerais o currículo tem o significado de percurso das práticas escolares, assim como define Lopes&Macedo (2011, p. 19) o currículo pode ser “a ideia de organização, prévia ou não de experiências/ situação de aprendizagem realizada por docentes/ redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo”.

Ainda na tentativa de dar significados para o currículo, podemos considera-lo muito mais que um conjunto de técnicas e orientações. Definitivamente essa não é a função do currículo. Apesar do fato que a técnica em organizá-lo de modo que o mesmo favoreça o processo de ensino-aprendizagem dos alunos é de fundamental importância, pois retomando o significado de currículo como um caminho a ser seguido durante o processo educativo, há de se convir que o processo de aprendizagem pode se tornar muito mais eficaz quando este caminho passar por um chão limpo e sem obstáculos. Mas não é somente disso que se faz um currículo.

O currículo é feito de experiências e vivências dos sujeitos em questão, professores, alunos e comunidade, como reflete Arroyo (2013, p.10):

A sala de aula, o que trabalhar, o currículo na prática são os espaços onde se vivenciam nossas realizações, mal-estares e até as crises da docência. No trabalho nesse espaço, tanto



mestres quanto alunos experimentam frustrações, desânimos, incertezas, cansaço...mas também vivenciam realizações, compromissos éticos-políticos que vão configurando outros profissionais e outros educandos.

Antes de se discutir sobre concepção crítica do currículo, concepção esta que enfatiza aspectos do currículo como: “ideologia- reprodução cultural e social, poder- classe social- capitalismo- relações sociais de produção, conscientização- emancipação - currículo oculto- resistência” (SILVA, 2005, p.17), o currículo era domínio técnico no qual a prática pedagógica estava presa a treinar domínios já pré-estabelecidos em planos educacionais ou currículos inflexíveis, porém a cada dia, percebemos que a prática docente não pode ser separada das histórias de nossos alunos (ARROYO, 2013, p.29). Cientes dessas constatações, não podemos mais nos manter alheios para estas demandas que nossos alunos nos trazem diariamente.

Refletir de forma crítica as práticas curriculares para que elas se tornem significativas na vida de seus sujeitos e faça com que a educação escolar tenha um valor muito além de um treino e domínio de técnicas é de fundamental importância e é uma demanda urgente que as crianças e adolescentes brasileiras solicitam.

2. A prática curricular que nos conheça e reconheça

Segundo Lírio (2013, p. 77), o Disque Direitos Humanos (disque 100) no período de 2003 a 2011 registrou mais de 200.000 denúncias de algum tipo de violação de Direitos Humanos, sendo que desse número 1/3 é de violência sexual contra crianças e adolescentes. Dentro dessa violência mais específica, o abuso sexual está em 1º lugar (37.109 casos), seguido da exploração sexual.

As tensões identitárias não são apenas entre ensinar ou educar, mas entre as tensas indagações ao nosso ensinar que vem dessas vivências, da infância-adolescência. Ou a percepção que é inseparável ensinar a seres humanos e levar em conta suas formas de viver, mal-viver como humanos. Trazer a função educativa para nossa identidade profissional é uma exigência do olhar sobre os educandos. (ARROYO, 2013, p.29)

Nessa perspectiva, não se propõe aqui que o currículo da Educação Básica demande uma nova disciplina para cada necessidade social de seus alunos, mas sim, que ele dê espaço para que se dialogue de forma transversal sobre a situação em que aquele sujeito possa estar inserido para que ele tome consciência de todas as relações que se configuram a partir daí para que possa instrumentalizá-lo para que ele possa participar pela defesa de seus direitos de alguma forma ou que os outros sujeitos da comunidade escolar possam agir de maneira eficaz. Essa visão mais geral da educação que vê o sujeito sob a ótica de várias esferas, os PCN (1997) já recomendavam como objetivo para os alunos do Ensino Fundamental:

Esse Currículo da escola integrado, para Lopes e Macedo (2002, p. 81), pode se dar via temática ou por campos de saberes interdisciplinares, sendo esta última uma realidade mais



pertinente à construção de currículos universitários. Com isso as autoras consideram a integração por temática como “uma articulação horizontal de conteúdos”, afirmando que a proposta da integração “desconstrói a identidade entre disciplina científica e disciplina escolar, na medida em que propõe uma organização da disciplina escolar segundo critérios diversos daqueles aceitos pelo campo científico”.

Diante disto Arroyo (2007, p. 38) nos questiona e logo nos dá uma possibilidade de reflexão

Como repensar os currículos escolares à luz desse entrelaçado de direitos?

Partir do reconhecimento de que o direito à educação está entrelaçado com a negação dos direitos humanos mais básicos: direito à vida, à sobrevivência, à proteção, ao cuidado da infância e adolescência populares, sobretudo.

Nesse sentido, é urgente a necessidade de pensar no currículo para algo além do que se pode planejar ou como algo distante da realidade de crianças e adolescentes que sofrem ou possam sofrer de violência sexual. A prevenção deste tipo de violência, segundo Santos (2011) pode ter três níveis:

- **Prevenção Primária:** elimina fatores sociais, culturais ou ambientais que possam favorecer os maus-tratos contra crianças ou adolescentes, que mais tarde tem um potencial de se converter em violência sexual;
- **Prevenção Secundária:** objetiva eliminar a possibilidade que a violência sexual aconteça ou se repita em alguma situação que já há o risco disso;
- **Prevenção Terciária:** acompanha crianças e adolescentes que já sofreram alguma forma de violência sexual para que não se repita e nem que outros sujeitos possam sofrer deste tipo de violência por esse mesmo abusador.

A escola precisa, na medida do possível, sempre trabalhar numa perspectiva primária de prevenção, pois nesse nível a violência em si ainda não aconteceu. Porém, não se deve esquecer que o enfrentamento em si a escola não faz sozinha. É necessária toda uma articulação com a rede de proteção para que os encaminhamentos ocorram de maneira eficaz para o bem-estar da criança ou adolescente vítima ou com suspeita de violência sexual. Por rede de proteção pode-se entender:

A Rede de Proteção de crianças e adolescentes é o conjunto social constituído por atores e organismos governamentais e não governamentais, articulado e construído com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infanto-juvenil. (FALEIROS&FALEIROS, 2007, p.77)

Diante disto, as ações de enfrentamento precisam ser conscientes e planejadas de maneira que, surjam o efeito esperado na vida dos alunos. Assim como Oliveira (1987, p. 98) explica que:

uma ação educativa consciente e conseqüente, isto é, uma ação intencionalmente dirigida, possibilita mais e melhores condições para o indivíduo se instrumentalizar para sua luta nas demais instâncias sociais. E assim a influência da prática educativa pode vir a intervir mais incisivamente na sua atuação nas demais práticas



Mediante a complexidade do fenômeno da Violência Sexual e do papel importante da escola no seu enfrentamento, a instituição escolar não deve compreendê-lo e intervir através de ações pontuais, como somente falar da temática na escola em 18 de Maio², mas também incorporar o enfrentamento através de sua prática e não somente por ações. Levamos consideração que para uma prática se concretizar na escola ela precisa ser iniciada através de uma ação, que em um primeiro momento, é uma ação nova naquele contexto. Até que essa ação seja apropriada e coletivada pelos sujeitos para se tornarem práticas. Sácristan (1999)

E para que essa prática seja coletivada de maneira mais significativa para os sujeitos se faz necessário que:

A contribuição da prática educativa escolar torna-se desse modo, tanto mais eficaz quanto mais se consegue identificar e efetivar os elementos mediadores (os vínculos) entre escola e sociedade, entre prática educativa e prática social global. (OLIVEIRA, 1987, p. 92).

Deste modo uma prática de enfrentamento á violência sexual contra crianças e adolescentes que seja planejada e executada pela própria escola, utilizando de todos os significados e nuances daquela comunidade tende a se tornar muito mais eficaz e objetiva pois nenhum currículo ou prática educativa deve ser concebido como um protocolo ou manual, devido a subjetividade de cada um e também as diferenças regionais que moldam nossas relações.

Deve-se ficar alerta para qualquer tentativa de homogeneização dos sujeitos e a escola precisa estar atenta para isso. Os alunos possuem vivências e necessidades distintas que refletem na escola e até entre esses sujeitos que possuem as mesmas vivências, como por exemplo, um cenário de violência sexual, há peculiaridades que não podem serem padronizadas.

Uma visão dialética do homem e de seu mundo histórico-social implica conceber os dois termos da contradição (indivíduo-sociedade) de modo a rejeitar tanto a concepção que unilateraliza a adaptação do indivíduo à realidade do status quo, como a que propõe a realidade como um dado estático. Mas, além disso, implica conceber a realidade social como efetivo espaço de lutas de classes, no interior do qual se efetua a educação, rejeitando a impositividade da denominação, como o espontaneísmo das classes dominadas. (CURY, 2000, p.13).

Com isso, será alcançado nossos almejos para a Escola Básica Brasileira:

A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações: a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela estética, pela ética, bem como pela cultura paralela (meios de comunicação de massa) e pela cultura cotidiana. (LIBANEO, 1998, p. 4)

CONCLUSÕES

Para que esse currículo que nos conheça e reconheça e que essa prática nos inclua de fato, é necessário que os sujeitos que pensam as práticas escolares desde a elaboração, execução e

² Dia nacional alusivo ao enfrentamento do abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Essa data foi escolhida em razão do caso que envolveu a menina Araceli em 1973, na cidade de Vitória/ES.



avaliação possam perceber que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes é algo que atinge cada vez mais os alunos através de várias modalidades (abuso sexual sem e com contato físico e exploração sexual), porém é necessário que possamos prevenir ou minimizar suas consequências na vida daquela criança e adolescente, através de práticas planejadas e conscientes em um trabalho de rede com outras instituições da Rede de Proteção.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo : educandos e educadores : seus direitos e o Currículo**. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Ed. Brasília: Thesaurus, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

HAZEU, Marcel. **Direitos sexuais da criança e adolescente: uma visão interdisciplinar para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Movimento República de Emaús. Belém: Sagrada família, 2004.

LIRIO, Flavio. **Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá – Belém-PA**. 2013. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Ciências da Educação, Belém, 2013. Programa de Pós-graduação em Educação.

LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Betty. (Org.) **Socialização do saber escolar**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1987.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

SANTOS, Benedito dos. **Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília : MEC, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.